

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco nº.86 – CEP 14.730-000

OF. Nº 227/2021. Ref.: PL 1059/2021

Monte Azul Paulista, 16 de junho de 2021.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, para encaminhar PROJETO DE LEI N.º 1059, DE 16 DE JUNHO DE 2021, Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares.

Por tratar a matéria de interesse público, solicitamos

que referido Projeto seja examinado e votado.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS Prefeito do Município

Excelentíssimo Senhor

MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO

DD. Presidente da Câmara Municipal

N e s t a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praca Rio Branco nº.86 - CEP 14.730-000

PROJETO DE LEI N.º 1059, DE 16 DE JUNHO DE 2021.

Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem servidores públicos vencimentos, aos municipais, para tratar de assuntos particulares.

MARCELO OTAVIANO, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a concessão de licenca sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares e enumera os parágrafos.

Art 1º

Parágrafo 1º - A licença de que trata esta lei, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses e nem superior a 48 (quarenta e oito) meses de duração, devendo ser concedida de forma contínua.

Parágrafo 2º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes em razão de doença, a licença pode ser inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 3º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes em razão de doença, não se aplica o disposto no artigo 4º da Lei 1.731/32011.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando-se

as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 16 de junho de 2021.

MARCELO OTAWANO DOS SANTOS

Prefeito do Município

DESPACHO para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Plenário das Sessões, em 21 106121 Ricardo Sanches Lima Presidente Interino Câmara Municipal de Monte Azul Paulista Câmara Municipal de Monte Azul Paulista DESPACHO para a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Plenário das Sessões, em 21 106121 Ricardo Sanches ima - Presidente Interino Câmara Municipal de Monte Azul Paulista Câmara Municipal de Monte Azul Paulista PUBLIQUE-SE PARA PRÓXIMA ORDEM DO DIA Plenário das Sessões, em 05 / 0 / 1 Mardqueu S França Filho - Presidente Câmara Municipal de Monte Azul Paulista Câmara Municipal de Monte Azul Paulista APROVADO EM DISCUSSÃO Plenário das Sessões em 05 104 124 Mardqueu S França Filho - Presidente Câmara Municipal de Monte Azul Paulista Câmara Municipal de Monte Azul Paulista APROVADO EM 200 DISCUSSÃO Plenário das Sessões. em Mardqueu S França/Filho - Presidente Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Cârnara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
EXTRAI-SE O COMPETENTE AUTÓGRAFO
Plenário das Sessões, em

Mardqueu S França Filho - Presidente
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO Praca Rio Branco nº.86 – CEP 14.730-000

JUSTIFICATIVA

REF.: PROJETO DE LEI N.º 1059, DE 16 DE JUNHO DE 2021.

Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares.

Senhor Presidente,

Referido Projeto de Lei visa atender à solicitação através do Requerimento nº 16/2021, do Vereador Fábio Jeronimo Marques, o qual solicita a alteração da Lei 1731/11, alterada pela Lei 1.842/13.

Atenciosamente,

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Municipio

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: oXX-17- 3361.1254
Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTO

MONTE AZUL PAULISTA, 18 de junho de 2021.

Mesa Diretora 2021/2022 – Encaminha o Projeto de Lei nº 1052/2021.
Ofício nº 204/2021 – Encaminha o Projeto de Lei nº 1054/2021.
Ofício nº 222/2021 – Encaminha o Projeto de Lei nº 1058/2021.
Ofício nº 227/2021 – Encaminha o Projeto de Lei nº 1059/2021.

RECEBI UMA CÓPIA DOS DOCUMENTOS CITADOS ACIMA.

ADRIANO DIELLO PERES – em	/2021.
ELIEL PRIOLI - em 106	/2021.
FÁBIO JERÔNIMO MARQUES – em//	<u>OG</u> /2021.
JOSÉ ALFREDO PEREZ CANTORI – em	<u>06</u> _/2021.
JOSÉ DE SOUZA MOLICO - em 21 10	<u>6</u> /2021.
LEANDRO PEREIRA – em 106	/2021.
LUCIENE APARECIDA CUDINHOTO FACHINE em	<u>/</u> 2021.
MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO – em/_	/2021.
ORIVAL ALVES – em _ 7 _ / 06	_/2021.
RICARDO SANCHES LIMA – emI	<u></u>
RODRIGO FERNANDO ARRUDA – em	/2021.
WALTER ALESSANDRO SILVA RODRIGUES – em	/2021.



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: <u>www.camaramonteazul.sp.gov.br</u> Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO n.: 032/2021

Interessado: Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Assunto: Projeto de Lei 1.059 de 16 de Junho de 2.021, "Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares."

1. Relatório:

Trata-se da legalidade do Projeto de Lei acima mencionados onde o Executivo Municipal pretende aumentar o prazo para a licença atribuída em Lei.

2. Fundamentação:

De autoria do Prefeito Municipal, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Executivo Municipal aumentar de 24 para 48 a licença que estabelecia a Lei 1731/2011, e abrange a pandemia do COVID-19, onde estabelece prazo para afastamento de servidor público para cuidar de parentes em razão da doença.

Assim, o PL apresentado a esta Casa de Leis obedece aos requisitos estabelecidos no artigo 44, inciso VI 3, da Lei Orgânica do Município, o qual descrevo:

Art. 44. Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

Outrossim, percebe que a proposta apresentada traz consigo matéria específica, de competência do Executivo o qual tem como analisar a possibilidade ou não do aumento que especifica.

Ainda tal PL apenas altera outras Leis que foram analisadas na integra e compõe os tramitem legais tratando-se da legalidade e constitucionalidade da mataria proposta. Sendo que o Presente PL apenas altera o quanto de tempo da licença aos servidores públicos.

3. Conclusão

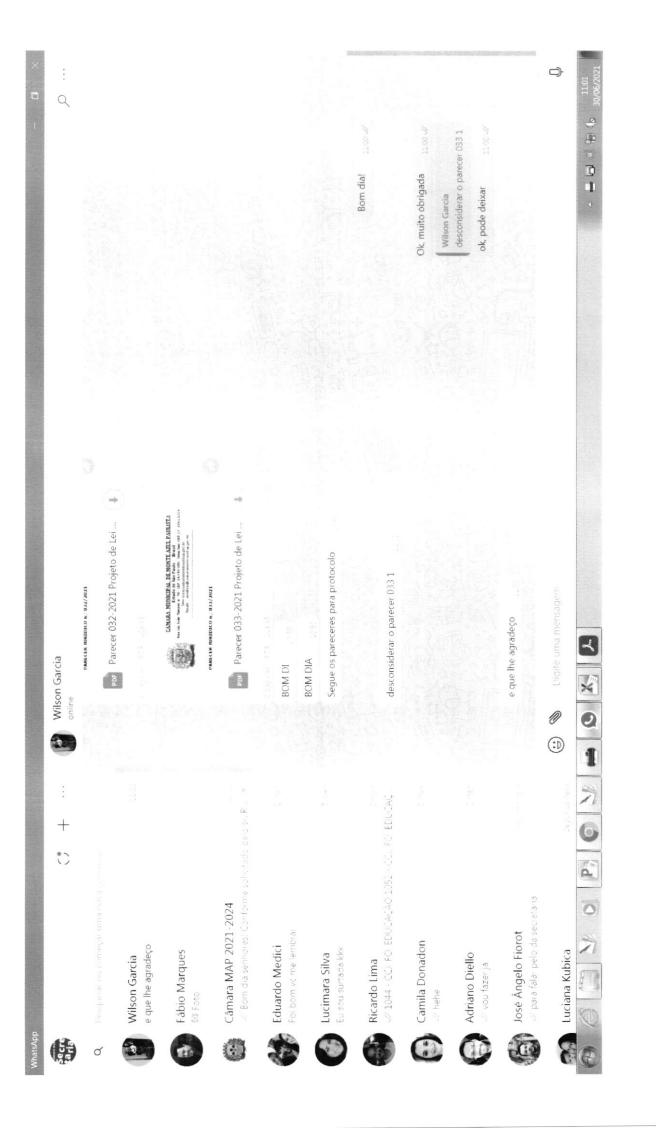
Por essas razões, esta Assessoria Jurídica Legislativa opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação da matéria proposta.

Importante salientar que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Monte Azul Paulista, 24 de Junho de 2021.

WILSON RODRIGO GARCIA Procurador Jurídico OAB/SP 276.158



Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTO

MONTE AZUL PAULISTA, 30 de junho de 2021.

PARECER JURÍDICO nº 030/2021 – Referente ao Projeto de Lei nº 1044/2021.

PARECER JURÍDICO nº 031/2021 – Referente ao Projeto de Lei nº 1052/2021.

PARECER JURÍDICO nº 032/2021 – Referente ao Projeto de Lei nº 1059/2021.

PARECER JURÍDICO nº 033/2021 – Referente ao Projeto de Lei nº 1054/2021.

RECEBI UMA CÓPIA DO DOCUMENTO CITADO ACIMA.

ADRIANO DIELLO PERES – em	_//2021.
ELIEL PRIOLI – em 30 1	6 12021.
r.	/ At
FÁBIO JERÔNIMO MARQUES – em	
JOSÉ ALFREDO PEREZ CANTORI – em	/2021.
LEANDRO PEREIRA – em	<u>06</u>
LUCIANA APARECIDA KUBICA - em _ 30_	
LUCIENE APARECIDA CUDINHOTO FACHINI- em	106 12021.
MARDQUEU SILVIO FRANÇA FILHO – em	/2021.
ORIVAL ALVES – em	/2021.
RICARDO SANCHES LIMA - em	1 O F 12021.
RODRIGO FERNANDO ARRUDA – em	2
WALTER ALESSANDRO SILVA RODRIGUES – em 👱	/2021.



"Palácia 8 de Marça"

Rua Cel João Manoel, 90 – 14730-000 – Fone: 17 3361.1254 CNPJ: 54.163.167/0001-00 acesse www.camaramonteazul.sp.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DA 18ª LEGISLATURA, QUATRIÊNIO 2021/2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um (30/06/2021), às 14h30, reuniram-se no plenário da Câmara Municipal - "Palácio 8 de Março", situado na Rua Cel. João Manoel, nº. 90, nesta cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, os vereadores da Câmara Municipal Eliel Prioli, Fábio Jerônimo Marques, José Alfredo Perez Cantore, Leandro Pereira, Luciana Aparecida Kubica, Luciene Aparecida Cudinhoto Fachini, Ricardo Sanches Lima, Rodrigo Fernando Arruda e Walter Alessandro Silva Rodrigues. A reunião foi convocada para estudar, discutir e emitir parecer sobre os Projetos de Lei nº 1044, 1052, 1054, 1058 e 1059 /2021. Os vereadores convidaram o sr. Rogério Prioli, comandante da GCM para que este Sr. os ajudassem em algumas dúvidas sobre o Projeto de lei nº 1058/2021. Após sanadas todas as dúvidas, ficou decidido a emissão de PARECER FAVORÁVEL aos Projeto de Lei nº 1052 e 1058/2021. Decidiu-se também exarar os pareceres favoráveis dos Projetos de Leis nº 1044 e 1059, porém o primeiro houve a necessidade de correção de erro formal no artigo 4º e no segundo projeto, foram efetuadas emendas aditivas nos parágrafos 2º e 3º, conforme solicitado pelo vereador Fábio Jerônimo Marques (em anexo). Apenas o Projeto de lei nº 1054/2021 continuará em estudos nas comissões que lhe cabe. E, nada mais havendo a ser tratado, os membros presentes pediram para lavrar a presente ata que vai assinada por todos.

Monte Azul Paulista, 30 de junho de 2021.

Eliel Prioli

Fábio Jerônimo Marques

José Alfredo Perez Cantore

Leandro Pereira

Luciene Aparecida Cudinhoto Fachini

Ricardo Sanches Lima

Rodrigo Fernando Arruda

Walter Alessandro Silva Rodrigues

PROPOSTA DE EMENDA AO PROJETO DE LEI 1059/2021

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

SENHOR PRESIDENTE.

Através do presente, apresento à esta respeitável Comissão, sugestão de emenda ao projeto de lei 1059/2021, nos seguintes termos:-

Parágrafo 2º - acrescentar "de parentes <u>até o terceiro grau</u>" e "em razão de <u>doença</u> devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais",

Parágrafo 3 - acrescentar "de parentes <u>até o terceiro grau</u>" e "em razão de <u>doença</u> <u>devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais"</u>,

JUSTIFICATIVA: Em melhor análise ao projeto, o qual inclusive é fruto de uma indicação do subscritor, chegamos a conclusão de que se faz necessidade de enumerar o grau de parentesco , bem como a comprovação da doença que o enfermo carece de receber cuidados especiais.

Monte Azul Paulista-SP, 30 de junho de 2021.

FÁBIO JERÔNIMO MARQUES

Vereador - DEM

"Palácio 8 de Marco"

Rua Cel João Manoel, 90- 14730-000 - Fone: 17 3361.1254 CNPJ: 54.163.167/0001-00 www.camaramonteazul.sp.gov.br

PARECER EM CONJUNTO

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; e EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REFERENTE: Projeto de Lei nº 1.059, de 16 de junho de 2021.

Dá nova redação artigo 1° da Lei 1731 de 30 de 2011 e alterada pela Lei nº 1842, de 10 de julho de 2013 e remunera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores municipais, para tratar assuntos particulares.

DECISÃO DAS COMISSÕES

Estas Comissões de Constituição, Justiça, Redação; e Educação, Saúde e Assistência Social, após procederem ao cuidadoso exame no Projeto de Lei nº 1.059, de 16 de junhode 2021, que "Dá nova redação artigo 1º da Lei 1731 de 30 de 2011 e alterada pela Lei nº 1842, de 10 de julho de 2013 e remunera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores municipais, para tratar assuntos particulares", em reunião de seus membros, analisando suas disposições, nada encontraram que ferissem as normas constitucionais, legais ou jurídicas e decidiram emitirPARECER FAVORÁVEL COM EMENDAS ADITIVAS, pois o referido Projeto está revestido das formalidades legais, acompanhando Parecer emitido peloProcurador Jurídico, esperando merecer o apoio dos demais pares desta Casa de Leis. Segue a nova redação dos Parágrafos 2º e 3º do Art.1º, com as emendas aditivas:

Parágrafo 2º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até o terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, a licença pode ser inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 3º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentesde até o terceiro grau em razão de doençadevidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, não se aplica o disposto no artigo 4º da Lei 1.731/32011.

É o nosso Parecer.

Monte Azul Paulista, 30 de junho de 2021.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA

EREDAÇÃO

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

SOCIAL

RODRIGO FERNANDO ARRUDA

Presidente

ELIEL PRIOLI

Presidente

WALTER AL. SILVA RODRIGUES

Relator

LUCIENE AP. C. FACHINI

Relatora

RICARDÓ SANCHES LIMA

Membro

SILVA RODRIGUES WALTER AL

Membro

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO EM DISCUSSÃO
Plenário das Sessões. em D / D / 21

Mardqueu S França Filho - Presidente
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
APROVADO EM DISCUSSÃO
Plenário das Sessões, em Discussão
Mardqueu S. França Filho - Presidente
Câmara Municipal de Monte Azul Paulista



" Palácio 8 de Marco "

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo - Brasil

AUTÓGRAFO Nº 1590/2021

REFERENTE: Projeto de Lei nº 1.059, de 16 de junho de 2021.

Dá nova redação artigo 1° da Lei 1731 de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1842, de 10 de julho de 2013 e remunera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores municipais, para tratar assuntos particulares.

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVARAM O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

ARTIGO 1º - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares e enumera os parágrafos.

Art 1º

Parágrafo 1º - A licença de que trata esta lei, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses e nem superior a 48 (quarenta e oito) meses de duração, devendo ser concedida de forma contínua.

Parágrafo 2º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até o terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, a licença pode ser inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 3º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até o terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, não se aplica o disposto no artigo 4º da Lei 1.731/32011.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 03 de agosto de 2021.

MARDQUEU SILVIO FRANCA FILHO

Presidente

RICARDO SANCHES LIMA Vice-Presidente

Lim

LUCIENE AP. CUDIN. FACHINI 2ª Secretária

WALTER AL. SILVA RODRIGUES 1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praca Rio Branco nº.86 - CEP 14.730-000

LEI N.º 2.302, DE 03 DE AGOSTO DE 2021.

Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares.

MARCELO OTAVIANO, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares e enumera os parágrafos.

Art 1º ...

Parágrafo 1º – A licença de que trata esta lei, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses e nem superior a 48 (quarenta e oito) meses de duração, devendo ser concedida de forma contínua.

Parágrafo 2º – No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, a licença pode ser inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 3º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, não se aplica o disposto no artigo 4º da Lei 1.731/32011.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 03 de agosto de 2021

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Prefeitura do Município de

Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 03 de agosto de 2021

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA Agente Administrativo II



LEI Nº 2.301, DE 03 DE AGOSTO DE 2021.

Dá nova redação ao Inciso II do § 2º do Artigo 16 da Lei 2068 de 30 de junho de 2016.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso II do § 2º do Artigo 16 da Lei 2068 de 30 de junho de 2016, passa a ter a seguinte redação:

"Art 16...

§ 2º ...

 II – ter idade mínima igual ou superior a 18 anos e idade máxima de 45 anos completos até a data da contratação;"

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 03 de agosto de 2021.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 03 de agosto de 2021.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo II

LEI N.º 2.302, DE 03 DE AGOSTO DE 2021.

Dá nova redação artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842 de 10 de julho de 2.013 e renumera os parágrafos, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares.

MARCELO OTAVIANO, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº. 1731, de 30 de junho de 2011 e alterada pela Lei nº 1.842, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos, aos servidores públicos municipais, para tratar de assuntos particulares e enumera os parágrafos.

Art 1° ...

Parágrafo 1º – A licença de que trata esta lei, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses e nem superior a 48 (quarenta e oito) meses de duração, devendo ser concedida de forma contínua.

Parágrafo 2º – No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, a licença pode ser inferior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 3º - No período da pandemia (covid 19) e no caso de afastamento de servidor público para cuidar de parentes de até terceiro grau em razão de doença devidamente comprovada a necessidade de cuidados especiais, não se aplica o disposto no artigo 4º da Lei 1.731/32011.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 03 de agosto de 2021.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município

Registrada e Publicada no expediente da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, 03 de agosto de 2021.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DE SOUZA

Agente Administrativo II